

## **EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E INTERCULTURAL COMO DIREITO PARA ESTUDANTES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO**

Myrella Araújo de Freitas – UFGD ([myrellaf21@gmail.com](mailto:myrellaf21@gmail.com))

Marta Coelho Castro Troquez – UFGD ([martatroquez@ufgd.edu.br](mailto:martatroquez@ufgd.edu.br))

A diversidade cultural, linguística e social nas escolas urbanas brasileiras é uma marca de sua riqueza e complexidade, especialmente em cidades como Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul. Dourados possui mais de dezessete mil indígenas, com um terço dessa população residindo em áreas urbanas. Conseqüentemente, estudantes indígenas estão inseridos em escolas não específicas, enfrentando desafios que colocam em evidência a tensão entre o direito à educação e a garantia da preservação de sua identidade cultural.

Esse cenário reforça a importância de se pensar a educação sob a ótica dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) assegura, em seu artigo 26, que toda pessoa tem direito à educação, e que esta deve ser direcionada ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. No contexto das escolas urbanas de Dourados, esse princípio requer a construção de um ambiente que não apenas reconheça, mas valorize e promova a diversidade, garantindo que os estudantes indígenas tenham acesso a uma educação que respeite suas culturas, línguas, histórias e promova práticas interculturais de diferenciação pedagógica para o atendimento adequado das diferenças nas salas de aulas (Cortesão; Stoer; 2003; Troquez; Silva, 2021). Nossa pesquisa busca analisar como as políticas públicas de inclusão escolar têm sido implementadas em escolas estaduais da cidade de Dourados, considerando o contexto específico de estudantes indígenas que convivem em um espaço sociocultural híbrido, marcado pela interface entre práticas tradicionais e dinâmicas urbanas contemporâneas.

Muitos estudantes indígenas residem nas aldeias Jaguapiru e Bororó, da Reserva Indígena de Dourados, mas frequentam escolas localizadas em áreas urbanas (Troquez; Silva, 2021), enfrentando desafios significativos para manter sua identidade cultural em um ambiente predominantemente não indígena (Cunha, 2012). Tais desafios incluem a adaptação ao currículo escolar majoritariamente ocidentalizado, a preservação da língua materna indígena e a superação de preconceitos e discriminações.

A pesquisa se baseia em referenciais teóricos que dialogam com políticas de inclusão e diversidade, como Candau (2012), Walsh (2009), Fanon (2020), Dussel (2005), e nos possibilitam discutir as tensões entre o reconhecimento da diferença e a busca por equidade nas escolas.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçam o compromisso com a valorização da diversidade e a inclusão de conteúdos que respeitem as histórias e culturas indígenas no currículo escolar. No entanto, conforme evidenciado por pesquisas recentes (Ferreira, 2020; Maher, 2007; Troquez; Silva, 2021), a prática educacional nas escolas urbanas de Dourados ainda apresenta lacunas significativas.

Os resultados preliminares apontam para avanços importantes nas políticas de inclusão, como a incorporação de professores indígenas e a realização de atividades culturais nas escolas. Contudo, também foram evidenciadas lacunas na formação continuada de docentes para lidar com as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes indígenas, bem como uma insuficiente articulação entre as escolas e as comunidades indígenas. Em muitos casos, as identidades e culturas indígenas são tratadas de forma superficial, restritas a celebrações pontuais, como o “Dia do Índio” (passado, oficialmente, à “Dia dos Povos Indígenas”, através da Lei 14.402/22), sem uma integração mais profunda ao projeto pedagógico escolar (Ferreira, 2020; Troquez; Silva, 2021).

Outro desafio identificado é o acesso à educação bilíngue. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012), entre outros documentos nacionais direcionados à escolarização específica e diferenciada nas escolas indígenas, reforcem a importância da valorização das línguas indígenas, a prática nas escolas urbanas, não só de Dourados, frequentemente ignora essa diretriz, privilegiando exclusivamente o ensino em português. Segundo Maher (2007), isso pode gerar uma ruptura na transmissão intergeracional das línguas indígenas e impactar negativamente o sentimento de pertencimento cultural dos estudantes.

Além disso, a garantia dos direitos humanos implica não apenas o reconhecimento da diversidade, mas também a necessidade de combater discriminações estruturais que impactam negativamente a vida de estudantes indígenas. Muitos desses jovens enfrentam preconceitos e exclusões dentro e fora do ambiente escolar, o que viola os princípios de igualdade e dignidade humana. Em resposta, é essencial que as escolas adotem abordagens pedagógicas que promovam a equidade, incluindo a formação continuada de

professores para lidar com as especificidades linguísticas e culturais e o fortalecimento do diálogo entre a comunidade escolar e as comunidades indígenas.

Neste contexto, argumenta-se que é essencial repensar o modelo de educação oferecido nas escolas estaduais urbanas de Dourados para torná-lo mais inclusivo e representativo. Isso inclui promover uma educação diferenciada e intercultural, que vá além do simples reconhecimento da diversidade para fomentar o diálogo entre culturas e combater as desigualdades estruturais que afetam os povos indígenas. Experiências positivas podem ser construídas em escolas que adotarem projetos pedagógicos voltados para a interculturalidade focada na valorização das culturas indígenas, incluindo rodas de conversas com líderes indígenas, oficinas de artesanato tradicional e o uso de metodologias ativas que incorporam elementos das tradições culturais dos povos indígenas de Dourados.

Conclui-se que, embora as políticas públicas de inclusão escolar no Brasil avancem no reconhecimento da diversidade, ainda há um longo caminho a percorrer para que as escolas estaduais urbanas de Dourados sejam espaços verdadeiramente inclusivos e interculturais. É urgente que os gestores educacionais, professores e formuladores de políticas públicas reconheçam a especificidade dos desafios enfrentados por estudantes indígenas e trabalhem em colaboração com as comunidades indígenas para construir práticas pedagógicas diferenciadoras e interculturais que respeitem e valorizem suas identidades, línguas, culturas e histórias. Sob esta perspectiva, apontamos para a necessidade de se criarem políticas públicas que garantam uma educação diferenciada e intercultural para os estudantes indígenas em contexto urbano.

## **Referências**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 2012.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural na América Latina: pesquisa e prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORTESÃO, Luiza; STOER, Stephen R. A interface da educação intercultural e a gestão da diversidade na sala de aula. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículo na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 189-208.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade**. Tradução de Jaime A. Clasen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, Letícia Lopes. "**Educação indígena em contextos urbanos: desafios e possibilidades**." Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MAHER, Terezinha. **Educação bilíngue: perspectivas e desafios no Brasil**. Educação e Pesquisa, v. 33, n. 2, 2007.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; GUARIZZO, Marcela da Silva. Educação escolar indígena em contextos urbanos: da educação inclusiva à educação inter/multicultural. **Tellus**, v. 20, p. 11-32, 2021.  
Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/682>

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e educação intercultural**. São Paulo: Cortez, 2009.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.